

# A AUFKLÄRUNG COMO CONTRA- GOVERNABILIDADE

*The Aufklärung as counter-governability*

André Campos de Camargo\*  
Raphael Guazzelli Valerio\*\*

---

**Resumo:** pretendemos dar alguns subsídios para a interpretação foucaultiana do texto de Kant *Resposta à Pergunta: Que é “Esclarecimento”*? Ao nosso ver a leitura de Foucault da *Aufklärung* kantiana é um modelo privilegiado e, portanto, chave de leitura para uma possível resistência à governabilidade.

**Palavras-chave:** Esclarecimento; Autonomia; Governabilidade.

**Abstract:** intend to give some aids for the Foucault’s reading of Kant’s text *What is Enlightenment?* In our view the Foucault’s reading of Kant’s *Aufklärung* it is a privileged model and, therefore, reading key for a possible resistance to government.

**Keywords:** Enlightenment; Self-government; Government.

---

\* Graduado em História (Frea), Mestrando em Educação (Unicamp). Contato: camargo.andre.campos@gmail.com

\*\* Graduado em História (Frea), Mestre em Filosofia (Unesp). Conato: guazzellivalerio@hotmail.com

## 1. A *Aufklärung* kantiana por Foucault

Michel Foucault, em toda sua obra, pouco se ocupou com escritos que abordavam diretamente o pensamento de algum filósofo.<sup>1</sup> Entre esses escritos - compostos por uma tese complementar, textos curtos, ensaios e cursos – destacam-se: *Gênese e estrutura da antropologia de Kant* (1961),<sup>2</sup> o estudo introdutório sobre Rousseau (1962)<sup>3</sup>, uma releitura das meditações de Descartes (1971)<sup>4</sup>, o ensaio sobre Nietzsche (1971)<sup>5</sup> e cinco estudos sobre a *Aufklärung* kantiana (1978 - 1984). Contudo, o que nos chama a atenção nesta série dedicada ao pensamento de alguns filósofos é a preocupação especial dada por Foucault ao pensamento de Immanuel Kant.

Não foi unicamente em sua tese complementar que o filósofo francês se debruçou sobre a obra kantiana, mas ainda algumas vezes durante sua trajetória acadêmica. Entre elas, destacamos cinco textos em que Foucault problematiza a questão da *Aufklärung*: o primeiro, publicado em 1978, é uma introdução para a edição inglesa do livro *O normal e o patológico* de Georges Canguilhem; o segundo, uma comunicação à *Société française de philosophie*, intitulada O que é a crítica? [Crítica e *Aufklärung*] também de 1978; o terceiro, a primeira e a segunda aula de 05 de janeiro de 1983 do curso *O governo de si e dos outros*<sup>6</sup>; o quarto, o texto *O que são as luzes? (Wat is enlighthenment?)*<sup>7</sup> apresentado na Universidade de Berkeley em 1983 e publicado em 1984; por último, o quinto texto *A vida: a Experiência e a Ciência* de 1984, em que Foucault, já esgotado por causa de sua doença, modifica apenas o prefácio que havia escrito para a tradução americana de *O normal e patológico*.<sup>8</sup> Frente a essas revisitações realizadas por Foucault ao pensamento de Kant, surge o seguinte questionamento: Quais seriam os motivos que levaram Foucault a se debruçar tantas vezes sobre o pensamento do filósofo prussiano, mais especificamente sobre a questão da *Aufklärung*?

A preocupação de Foucault com a *Aufklärung* pode ser melhor compreendida quando relacionada ao problema da governabilidade e o da racionalidade enquanto razão de estado (*ratio*

<sup>1</sup> MUCHAEL, Salma. Tannus. Foucault, simplesmente: textos reunidos. São Paulo: Edições Loyola, 2004. pp. 86-89.

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. Gênese e estrutura da antropologia de Kant. Tradu. Marcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp.165-184.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. Resposta a Derrida. In FERRAZ, Maria C.F. (Org.). Três tempos sobre a história da loucura. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. pp. 69-90.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. 2º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. pp. 260-281.

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p.344.

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. 2º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. pp. 335-351.

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. 2º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. pp. 352-366.

*status*). Problemas que estão presentes nos cursos - *Segurança, Território e População* (1977-1978), *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979) e *Do governo dos vivos* (1979-1980) – realizados pelo filósofo entre os anos de 1978 a 1980 e que acabaram conduzindo Foucault a uma espécie de história da governabilidade e da contra governabilidade. Tal projeto foucaultiano pode ser dividido em dois campos de análises, devido sua extensão histórica. O primeiro, parte dos primeiros séculos da era cristã até o fim do feudalismo, quando o poder pastoral cristão e uma contra conduta a esse poder se formaram. O segundo começa com o surgimento da razão de Estado e da atitude crítica no início da modernidade até os seus desdobramentos mais importantes, alguns séculos depois.

Foucault inicia seu curso de 1978, no *Collège de France*, mostrando que o exercício do poder político na sociedade grega e romana não implicava nem o direito e nem a possibilidade de um governo direcionar os indivíduos ao longo de suas vidas. Seguindo algumas indicações do historiador Paul Veyne, Foucault observa que a ideia de um soberano-pastor, de um rei ou magistrado-pastor, responsável por tudo àquilo que acontece com o rebanho, são apenas encontrados em alguns textos gregos arcaicos ou em alguns autores da época imperial romana para caracterizar as atividades do pedagogo, do médico e do mestre de ginástica e não o papel de um governante político. Segundo Foucault é no Oriente, sobretudo na sociedade hebraica, que o tema de um poder pastoral formou e ampliou-se. Isso ocorria devido ao maior exercício do poder do pastor sobre uma multidão em deslocamento, do que sobre o território fixo. A preocupação do pastor era assegurar ao rebanho a sua subsistência diária, cuidar cotidianamente dele e garantir sua salvação eterna. Para o filósofo francês, esse foi o tipo de poder introduzido nos primórdios do cristianismo no Ocidente e que se manteve por quase toda a idade média europeia. Governar as almas com a finalidade de salvar a todos era ainda uma forma de estabelecer um governo temporal sobre os homens.

Essa situação só veio se alterar apenas nos séculos XV e XVI, quando o poder do pastorado entrou em crise, principalmente com a reforma protestante. Não tanto como rejeição da instituição pastoral, mas como busca de outras modalidades de direção espiritual e de novos tipos de relação entre pastor e rebanho. Foi, portanto, com o fim do feudalismo na Europa que diversos questionamentos sobre a maneira de ser governado e de governar (as crianças, a família, um principado, etc.) ganharam o espaço público e provocaram transformações profundas nas relações econômicas, sociais e políticas. Os nascentes Estados europeus, nesse momento da história, aproveitaram para aperfeiçoar novas técnicas, novos mecanismos capazes de assegurar a regulamentação de toda uma população em um determinado território.

É nesse jogo em que a governabilidade tenta ocupar os espaços abertos pelos questionamentos sobre os modos de ser governado que Foucault encontra a revolta de conduta ou contra conduta como contraponto à obediência e à sujeição. Perseguindo então a ideia de contra conduta, Foucault apresenta, no mesmo ano do curso *Segurança, Território e População*, alguns meses depois, uma conferência à Sociedade Francesa de Filosofia, intitulada: O que é a crítica? [Crítica e *Aufklärung*].

Nessa conferência, o filósofo procurou traçar um esboço histórico dos modos de questionamento sobre as formas de ser governado no final do feudalismo e início da modernidade na Europa.

Foucault começa a conferência utilizando-se de algumas referências sobre questão do poder pastoral, utilizado no curso que ele realizara no mês de abril no Collège de France, para isso se reporta ao momento em que a igreja cristã na Europa desenvolveu a ideia de que cada indivíduo deveria ser governado e deveria se deixar governar com o objetivo de alcançar à salvação. Tudo nesse indivíduo, desde o mais simples gesto às ações mais complexas, necessitaria da aprovação de um guia de consciência da igreja. Segundo Foucault, a relação estabelecida entre o guia de consciência e o indivíduo se baseava em uma tripla relação com a verdade. Primeiro, a verdade dita pelo guia de consciência era entendida como um dogma pelo indivíduo; segundo, a verdade da igreja transmitida pelo guia de consciência era um conhecimento necessário para a formação e a salvação do indivíduo; e terceiro, a verdade, uma vez interiorizada, servia como um manual de conduta para o indivíduo se adequar cada vez mais às regras gerais de formação espiritual cristã. Entre as diversas regras que deveriam ser cumpridas pelos indivíduos para manter-se fiel a conduta cristã, a confissão e a entrevista destacavam-se como as mais eficientes.

Esse processo de condução dos indivíduos, nascido no início da igreja cristã na Europa, fez surgir, mesmo antes da reforma protestante, uma verdadeira explosão da arte de governar os homens. Entre os vários domínios de aplicação dessa arte de governar, Foucault cita: o governo das crianças (pedagógico), dos pobres, dos mendigos, da família, da casa, dos exércitos, das cidades, dos Estados (econômico e político), etc. Conforme o pensador francês, a explosão das novas formas de governo nas sociedades ocidentais do século XV e XVI, não pode estar dissociada da questão: Como não ser governado? Com essa pergunta, Foucault não queria dizer que os indivíduos que viveram nesse período histórico não desejavam ser governados absolutamente por nenhum meio de poder, mas buscavam transformá-lo, impondo alguns limites e encontrando uma justa medida para sua realização. Foucault chama essa contra conduta de arte de não ser governado e a assemelha a uma virtude. Por virtude ele compreendia certa maneira de pensar, de dizer, de agir, além disso, certa relação com o que existe, com o que se sabe, com o que se faz. E ainda, uma relação com a sociedade, com os outros e consigo mesmo que questione os modos de governo. Fica evidente que a arte de não ser governado, o que ele chama de virtude é de fato uma atitude crítica. Se examinarmos cuidadosamente, no entanto, o curso e a conferência, observaremos que Foucault não relaciona no curso, a noção de contra conduta à noção de atitude crítica, essa relação só ocorrerá dois meses depois numa conferência ao final de maio de 1978. Para sair do impasse e responder a questão: como não ser tão governado, Foucault recorreu ao pensamento de Immanuel Kant a fim de encontrar uma atitude crítica capaz de fazer frente às variadas formas de poder, inclusive o poder Estatal que havia crescido e se solidificado no século XVI com o mercantilismo.

## 2. A razão de Estado por Foucault

Para compreendermos um pouco a razão de Estado, modalidade de poder que não busca a felicidade dos homens, nem a prosperidade deles, mas sim a felicidade e a prosperidade do Estado, examinaremos o texto “*Omnes et singulatim*”: *uma crítica da Razão política*, escrito por Foucault em 1979.<sup>9</sup> Segundo Foucault, a racionalidade do poder do Estado foi formulada em dois corpos doutrinários: a razão de Estado e a teoria da polícia. Examinaremos inicialmente a razão de Estado. Foucault cita três definições de razão de Estado, formuladas entre séculos XVI e XVII, por teóricos de língua italiana (Botero e Palazzo) e alemã (Chemnitz). Em seguida as relaciona, apontando quatro traços comuns entre elas. 1) A razão de Estado é vista comumente como uma arte, onde determinada racionalidade deve ser empregada para governar os Estados. 2) A razão de Estado é encarada como uma arte de governar que retira sua razão de ser do próprio Estado. O posicionamento dos teóricos rompe com uma tradição cristã e judiciária que pretendia que o governo fosse justo e respeitasse todas as leis, fossem elas humanas, naturais ou divinas;<sup>10</sup> eles não se interessam pela natureza e suas leis gerais, tampouco pela lei divina, mas procuram definir o que é o Estado. Isso explica, nos diz Foucault, por que a razão de Estado foi relacionada ao ateísmo em alguns países da Europa, notadamente na França. 3) A razão de Estado se opõe a tradição de se pensar o Estado a partir dos referenciais de Maquiavel. Enquanto o problema levantado pelo florentino era tentar definir o que mantém o laço entre o príncipe e o Estado, os teóricos da razão de Estado se preocupavam com a existência e a natureza do Estado. É por isso, nos diz Foucault, que os teóricos da razão de Estado se esforçavam para permanecer longe de Maquiavel, pois o problema deles não fora desenvolvido pelo teórico florentino e porque ele tinha má reputação. Inversamente, os adversários da razão de Estado tentaram associar a nova arte de governar à herança de Maquiavel. Para concluir esse terceiro ponto é válido lembrar que a razão de Estado não procurava reforçar o poder que um príncipe exercia sobre seu domínio, essa nova arte de governar procurava reforçar o próprio Estado. 4) A arte de governar, característica da razão de Estado, só seria positiva se ela estivesse ligada ao desenvolvimento de um saber político que pudesse manter ou aumentar a força do Estado na qual ela foi empregada e ao mesmo tempo medisse a força de outros Estados.

A doutrina da razão de Estado tentou definir em que os princípios e os métodos da nova forma de governar, diferiam das outras formas de governar encontradas em outros países. Pode-se observar que ela não era, insistimos, uma arte de governar segundo as leis divinas, naturais e humanas, mas uma arte de governar potencializadora dos poderes do Estado.

O segundo corpo doutrinário que compõe a racionalidade do Estado é a teoria da polícia. Por ela, Foucault não entendia a instituição policial que temos hoje, mas uma técnica de governo que emerge do interior do próprio Estado. Para facilitar a compreensão da teoria da polícia, Foucault utiliza um

<sup>9</sup> *Omnes et singulatim*: uma crítica da Razão política in *Ditos e escritos* IV p. 355.

<sup>10</sup> *Omnes et singulatim*. p. 374.

texto de Turquet de Mayerne, datado de 1611. Nesse texto, nos diz o pensador francês, se encontram as grandes discussões teóricas sobre a razão de Estado e a teoria da polícia na organização administrativa das grandes monarquias europeias do século XVII. Foucault aponta três traços importantes do texto de Turquet. 1) A polícia é uma força que estende suas atividades para todos as direções – justiça, finanças, exército, etc. - tudo o que os homens fazem e apreendem. 2) o homem é o verdadeiro objetivo da polícia. 3) A polícia deve assegurar o vigor do Estado desenvolvendo as relações de trabalho e de comércio entre os homens, em poucas palavras, a polícia garante a comunicação entre os homens.

Para Foucault, as questões abordadas na obra de Turquet fazem parte de um conjunto de ideias que circulavam na Europa entre os séculos XVII e XVIII, seja sob forma de políticas concretas (mercantilismo) ou como matérias para o ensino da ciência da administração (*Polizeiwissenschaft*). A respeito da teoria da polícia, Foucault examina dois manuais, um compêndio administrativo francês, e um manual alemão. No primeiro, o filósofo diz que para o autor do compêndio, De Lamare, a polícia deve velar pelo vivo.<sup>11</sup> No segundo, Foucault nos diz que o manual, elaborado por Von Justi, temos, por assim dizer, um aprofundamento das questões já apontadas por De Lamare; temos assim não somente um manual com prescrições aos governantes, mas um verdadeiro tratado sobre a polícia (*Polizeiwissenschaft*). Qual a grande novidade deste manual com relação ao primeiro? Segundo Foucault, a emergência de uma noção que será vital em suas pesquisas a partir de então: a população, adiante, a arte de governar. “A *Polizeiwissenschaft* é, ao mesmo tempo, uma arte de governar e método para analisar uma população vivendo sobre um território.”<sup>12</sup>

### 3. *Aufklärung* como resistência ao exercício do poder de governo

Foi depois da conferência *O que é a crítica?* [*Crítica e Aufklärung*] que a *Aufklärung* ocupou um espaço importante dentro das análises foucaultianas da governabilidade. Porém, é só nas duas primeiras aulas do curso de 1983 que Foucault retrata de forma mais acabada a atitude crítica da *Aufklärung* como uma resistência ao exercício do poder de governo. Vejamos isso mais de perto.

O pensador francês inicia a análise do texto *Was ist Aufklärung?* (*O que é o esclarecimento?*) mostrando que ele foi escrito por Immanuel Kant no mês de setembro de 1784 e publicado na revista *Berlinische Monatsschrift* em dezembro de 1784. O contexto, o lugar e a data, são enfatizados por Foucault para sublinhar, primeiramente, que o número significativo de publicações realizadas pelo pensador alemão em determinadas revistas era uma prática adotada por Kant.<sup>13</sup> Para Foucault, Kant aplica sua noção de público (*Publikum*), entendida como uma relação entre o escritor (indivíduo qualificado) e o leitor (como indivíduo qualquer), ao publicar o texto sobre a *Aufklärung* em uma

<sup>11</sup> *Omnès et singulatim*. p. 381.

<sup>12</sup> *Omnès et singulatim*. p. 383.

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *O Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 09.

revista. O interessante, como nos mostra Foucault, é que a noção de público dada pela relação entre escritor e leitor no século XVIII não passava tanto pela universidade, nem pelo livro, e sim, com maior eficácia pelas comunidades de intelectuais, constituídas pelas revistas e sociedades publicadoras.<sup>14</sup>

Em um segundo momento, Foucault explica que a data havia sido enfatizada, no início da aula, para mostrar que nessa mesma revista, em setembro de 1784, Moses Mendelssohn, um pensador prussiano de origem judaica, já havia publicado uma resposta para a mesma questão: *Was ist Aufklärung?* (*O que é o esclarecimento?*) e que Kant não teve a oportunidade de ler. Mas que a publicação desses dois textos, no mesmo ano de 1784, o de Kant, como uma *Aufklärung* ligada ao meio cristão e o texto de Mendelssohn, com a *Haskala* uma espécie de “*Aufklärung* judaica”, estavam interligados pela problematização da liberdade.<sup>15</sup>

O contexto, o lugar e a data, em um terceiro momento, são destacados por Foucault para mostrar que a partir da publicação do texto de Kant, um novo tipo de questão no campo da reflexão filosófica aparece: a questão relativa à história. Para Foucault, o texto sobre a *Aufklärung* kantiana não trabalha diretamente questões de começo, de ponto de consumação, finalidade e teleologia como em outros textos do filósofo prussiano a propósito da história, mas aborda de forma discreta a questão da teleologia imanente ao próprio processo da história.<sup>16</sup> Para Foucault, uma questão que surge na modernidade pela primeira vez nos textos de Kant é a seguinte: “o que acontece hoje? O que acontece agora? O que é esse agora? O que é esse “agora” dentro do qual estamos todos, e que é o lugar, o ponto [do qual] escrevo?”<sup>17</sup> Para o pensador francês, não era a primeira vez que o pensamento filosófico procurava refletir sobre seu próprio presente. Em outros momentos da história essa reflexão havia ocorrido, só que de forma distinta e em diferentes sistemas filosóficos. A primeira, diz Foucault, pode ser representada pela visão platônica do presente, como um presente pertencente há certa época do mundo, distinta de outras épocas por características próprias, ou separadas por alguns acontecimentos dramáticos. A segunda forma, muito utilizada por Agostinho, tinha por objetivo interrogar o presente para decifrar nele os sinais que anunciavam um acontecimento iminente. A terceira forma, descrita em detalhes por Giambattista Vico, propunha analisar o presente como um ponto de transição na direção da aurora de um mundo novo.<sup>18</sup> Apesar de terem realizado referências ao presente, nenhum dos filósofos anteriores abordou a questão: “o que é, precisamente, este presente a que pertencemos?”, isto é, a questão da contemporaneidade.<sup>19</sup> Para Foucault foi Kant que a colocou pela primeira vez, porém para elaborá-la levou em conta algumas considerações: a) é preciso reconhecer, distinguir e decifrar o que no presente faz sentido atualmente para a reflexão filosófica; b) ao

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 09.

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 11.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 12.

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 12.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. 2º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 337.

<sup>19</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 13.

reconhecer esse elemento, mostrar por que ele é a expressão de um processo, de um processo que tem relação com o pensamento, com o conhecimento, e com a filosofia; c) para finalizar, no interior dessa reflexão sobre esse elemento do presente, mostrar em que e de que modo quem fala, como pensador, como estudioso, como filósofo, não só faz parte ele próprio do processo, mas também mostrar o papel que ele desempenha nesse processo em que será ao mesmo tempo elemento e ator.<sup>20</sup> Foucault acredita que nesse ponto Kant definiu o papel do filósofo, não só como aquele que ajuda a compreender o presente, mas também como aquele que se posiciona e ajuda outras pessoas a constituírem-se como sujeitos autônomos.

Para Foucault, a formulação kantiana do presente como acontecimento filosófico a que pertence o filósofo, mostra que o filósofo ao fazer seu discurso não pode deixar de colocar a questão do seu pertencimento ao presente de onde fala. A questão colocada pelo filósofo não será de seu pertencimento a uma doutrina ou tradição, tampouco a uma comunidade humana em geral, mas será a questão de seu pertencimento a um presente, a um nós, a um conjunto cultural característico da sua atualidade. Esse nós é que se deve tornar para o filósofo o objeto de sua reflexão.<sup>21</sup> A filosofia neste sentido se caracterizaria como uma superfície de emergência da atualidade, como um discurso da modernidade e sobre a modernidade. Essa forma de discurso realizada pelo filósofo procuraria: a) levar em conta a atualidade para encontrar nela seu lugar próprio (Qual é a minha atualidade?); b) dizer o sentido dela (Qual o sentido dessa atualidade?); c) designar e especificar o modo de ação no interior dessa modernidade (O que faz que eu fale dessa atualidade?).<sup>22</sup>

Em um quarto momento, Foucault mostra que a questão do presente colocado pela *Aufklärung* levou Kant a formular sua própria pergunta a respeito do presente, que por sua vez estava ligada ao grande acontecimento daquele período, a Revolução Francesa de 1789. A pergunta formulada por Kant foi: O que é a revolução? Em 1789 Kant escreve um texto sobre a revolução, parte d' *O conflito das faculdades*, mostrando as relações conflituosas entre a filosofia e o direito em torno da questão: existe um progresso constante para o gênero humano? Para responder essa questão, explica Foucault, era preciso, de acordo com Kant, isolar no interior da história um acontecimento que teria um valor de sinal.<sup>23</sup> Sinal que nos mostraria o que sempre foi assim (rememorativo), sinal do que acontece atualmente (demonstrativo) e por fim, um sinal que nos mostra o que vai acontecer permanentemente assim (prognóstico). Esse acontecimento como sinal para o progresso do gênero humano, explica Foucault, era para Kant a Revolução Francesa.<sup>24</sup> Porém, não é a revolução em si que faz sentido, não são as façanhas revolucionárias e o drama revolucionário que fazem sentido, mas sim a maneira como a Revolução toca cada um dos espectadores, como ela provoca entusiasmo. Dessa forma, o sinal de progresso que Kant procurava na revolução não estava no fracasso ou no êxito da revolução, mas no

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. *O Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 13.

<sup>21</sup> FOUCAULT, Michel. *O Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 14.

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. *O Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 15.

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel. *O Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 17.

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. *O Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 17.



que acontecia na cabeça dos que não são seus atores principais. Para Kant, nos diz Foucault, o esclarecimento se daria pelo não esquecimento causado pelo entusiasmo da revolução.<sup>25</sup>

Na segunda aula de seu curso de 1983, Foucault se detém, inicialmente, na primeira palavra que define o momento presente no texto de Kant. Essa palavra é *Ausgang* (saída). O primeiro significado dessa palavra remete ao movimento pelo qual nos desprendemos de alguma coisa. O segundo significado é à saída do homem do seu estado de menoridade. Ao juntar os dois significados, Foucault mostra que para Kant a *Aufklärung* é, por conseguinte, a saída do homem da sua menoridade, é a solução para o estado de menoridade pelo qual o próprio homem é responsável. Porém, esse estado de menoridade não deve ser confundido com um estado de impotência natural, nem de uma infância natural de uma humanidade que não tem os meios para alcançar sua autonomia. Não se trata tampouco, para Kant, nos diz Foucault, de um sentido de menoridade ligada à noção jurídica ou político-jurídico que levaram os homens a renunciarem voluntariamente de seus direitos num ato fundador inicial. Para Kant o estado de menoridade ocorre porque os homens não são capazes ou não querem dirigir a si mesmos.

Foucault relata três exemplos extraídos de Kant sobre o estado de menoridade. Primeiro, tomar um livro no lugar do entendimento; segundo, tomar um diretor de consciência no lugar da consciência; terceiro, ter um médico que decide por mim sobre o meu regime. Para Kant, como nos mostra Foucault, é a maneira que um indivíduo age substituindo seu entendimento pelo entendimento do livro, do diretor de consciência e do médico, que o leva ao estado de menoridade.<sup>26</sup> Kant entendia menoridade, portanto, como certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de outras pessoas para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão.<sup>27</sup>

De acordo com Foucault, Kant estabelece duas hipóteses para demonstrar a incapacidade de alguns homens em sair do estado de menoridade. 1) O sujeito que se encontra no estado de menoridade não deve isso à violência de uma autoridade, mas a si mesmo, a uma relação que estabelece consigo mesmo que não permite se servir da razão e de sua autonomia por preguiça e covardia. 2) Os homens não são capazes de sair, em sua totalidade, do estado de menoridade porque existem aqueles poucos que conquistando a autonomia acreditam poder libertar os demais, mas acabam por meio de tantas tentativas colocando os outros homens sob sua própria autoridade. Uma vez acostumados ao jugo, àqueles que deveriam se libertar não suportam a liberdade e a emancipação que lhe é concedida, preferindo por covardia e preguiça permanecer sob o jugo daqueles que os queriam livres. Kant completa esse raciocínio, de acordo com Foucault, dizendo que essa é a lei de

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 19.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 29.

<sup>27</sup> FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. 2º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 337.

todas as revoluções, pois aqueles que as fazem, caem necessariamente sob o jugo daqueles que quiseram libertá-los.<sup>28</sup>

Para Kant, nos diz Foucault, para entendermos como a saída do estado de menoridade deve ser feita, é preciso compreender como o estado de menoridade funciona. Segundo Kant, o estado de menoridade se caracteriza pela constituição de dois pares, o primeiro é formado pela obediência e ausência de raciocínio e o segundo é formado pela confusão entre o privado e o público. No primeiro par, aqueles que governam, acreditando na preguiça e covardia dos governados, acabam reforçando a ideia de que só pode haver obediência onde há ausência de raciocínio.<sup>29</sup> Três exemplos são dados por Kant: primeiro, o oficial que diz para os seus soldados não raciocinarem, mas obedecerem; segundo, o padre que diz aos fiéis para não raciocinarem, mas crerem; terceiro, o funcionário do fisco que diz não raciocinem, mas paguem.

No segundo par, Foucault nos mostra que Kant distingue dois espaços constitutivos da sociedade, o espaço privado e o público e o uso que nossa faculdade faz desses espaços. Mas o que seria esse uso do privado pelas faculdades? Kant diz que quando exercemos uma atividade profissional em nossa atividade pública, quando somos funcionários, quando somos os elementos de uma sociedade ou de um governo, somos peças de uma máquina e como tal temos um papel a desempenhar como indivíduo, cujos princípios e objetivos visam o bem coletivo. Foucault chama nossa atenção nesse ponto, pra nos alertar que fazemos uso da palavra privado de forma diversa do sentido empregado por Kant, pois para o filósofo prussiano, o privado é aquilo que comumente chamamos público.<sup>30</sup>

Já o uso público de nosso entendimento se dá quando figuramos como sujeito universal. Mas em qual momento nos constituímos como sujeito universal? Para Kant não é porque exercemos atividades políticas e desempenhamos funções administrativas que podemos nos colocar na situação de sujeitos universais, mas é exclusivamente quando e como sujeito racional, nós nos dirigimos ao conjunto dos seres racionais. O exemplo que Kant nos dá é a do escritor, que ao se dirigir ao leitor, faz surgir à dimensão do público, que é ao mesmo tempo, a dimensão do universal.<sup>31</sup>

Ao relacionar a esfera pública e privada ao estado de menoridade e maioridade, Kant, quer nos mostrar, diz Foucault, que na menoridade se obedece em qualquer circunstância, seja no uso privado, seja no uso público e, por conseguinte, não se raciocina. Já na maioridade, separa-se raciocínio e obediência. Faz se valer a obediência no uso privado e faz-se valer a liberdade total e absoluta de raciocínio no uso público.

Foucault ainda nos lembra de que a *Aufklärung* é o contrário de tolerância, pois a tolerância é caracterizada como aquilo que exclui o raciocínio, a discussão e a liberdade de pensar de forma pública e só aceita o uso pessoal, privado e oculto do uso da razão. A *Aufklärung* é, ao contrário,

<sup>28</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p.33.

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p.34.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p.34.

<sup>31</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p.35.

aquilo que privilegia a liberdade pública de pensar e que manterá a obediência apenas no papel privado.<sup>32</sup>

Resumamos o que foi analisado até aqui em três pontos:

- 1) A Aufklärung seria a saída do homem de sua menoridade, uma menoridade pela qual ele é responsável.
- 2) Um homem em estado de menoridade é incapaz de se servir livremente do próprio entendimento sem recorrer a uma outra pessoa. A responsabilidade por este estado é exclusivamente dele, pois bastaria fazer uso de sua razão (*Räsonnieren*) para acabar com a submissão (*Sapere Aude*). É interessante lembrar que a *Aufklärung* não é uma postura que se toma e se detém até o fim da vida, mas uma reativação permanente de uma atitude crítica no sujeito para manter sua autonomia.
- 3) Alcançando este estado de maioridade o indivíduo estaria pronto para atuar racionalmente no espaço público e privado da sociedade.

Segundo Foucault, aquilo que Kant descrevia como *Aufklärung* no final do século XVIII, era o que ele havia encontrado em suas análises como atitude crítica dos séculos XV e XVI. Diante desse posicionamento de Foucault, resta compreender: Por que Foucault situa a atitude crítica pelo menos dois séculos antes da atitude crítica da *Aufklärung*? E ainda: Qual a diferença entre elas? Essa tarefa nos propomos realizar em um futuro trabalho, no entanto nos parece que da mesma forma que o século XVIII foi marcado pela razão de Estado e pela atitude crítica da *Aufklärung*, o século XV e XVI presenciou o grande processo de exercício do poder de governo sobre a sociedade e o nascimento de uma atitude crítica, aquilo que Foucault chamou de revoltas de contra-conduta.

Para concluir gostaríamos de salientar que em seus últimos cursos as referências a Kant e a *Aufklärung* se intensificam a ponto de Foucault, em uma de suas aulas do curso de 1983, deixar claro o vínculo de sua pesquisa a um tipo de filosofia crítica que - desde Kant, passando por Hegel à escola de Frankfurt, passando por Nietzsche, Marx e Weber - não colocava apenas a questão das condições em que um conhecimento verdadeiro é possível, mas que buscava problematizar questões a partir de uma ontologia do presente em que o campo atual de nossas experiências seria sempre problematizado. Entre as duas heranças kantianas, Foucault optou pela segunda, já que produziu uma filosofia preocupada com determinados campos de nossas experiências, sobretudo com a questão da governabilidade.<sup>33</sup>

## Referências Bibliográficas

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.  
FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7º edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

<sup>32</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p.37.

<sup>33</sup> FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 09

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.71-82
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------

- \_\_\_\_\_. *A Coragem da Verdade*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A hermenêutica do Sujeito*. Tradução: Marcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 15ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3ª Edição. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. 9º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Ética, Sexualidade, Política*; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 210.
- \_\_\_\_\_. *História da Loucura: na idade clássica*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. 8º Ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade, vol. 1. A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 18ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade, vol. 2. O Uso dos Prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade, vol. 3. O cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Org. e trad. Roberto Machado. 22ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Tradução: Andréa Daher; Consultoria Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. 25ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- KANT, I. *Textos Seletos*. 2ª ed. Petrópolis. Vozes. 1985.
- MUCHAEL, Salma. Tannus. *Foucault, simplesmente: textos reunidos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- PELBART, Peter, Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Editora: Iluminuras, 2003.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. 2ª Ed. 1º Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Recebido em: 13/07/2013.

Aprovado para publicação em: 01/11/2013.